

Sarney chama ministros para combater parlamentarismo

Dodora Guedes

Richa apresenta proposta

BRASÍLIA — Todo o ministério, por convocação do presidente José Sarney, está desde ontem empenhado no corpo-a-corpo junto aos constituintes, numa última e decisiva investida no Palácio do Planalto para tentar viabilizar a aprovação do sistema presidencialismo de Governo. Hoje, às 7h30m, no Palácio da Alvorada, o presidente toma café da manhã com sete ministros, cujos nomes não foram revelados. Até domingo, vários ministros deverão manter reuniões com Sarney para avaliação da disputa entre as correntes presidencialista e parlamentarista.

Paralelo a esse corpo-a-corpo, o Presidente José Sarney iniciou uma sondagem junto aos seus ministros para saber o que todos pensam a respeito da hipótese do Governo ser forçado a negociação com a Constituinte que leve ao parlamentarismo. A estratégia do Palácio do Planalto, segundo importante assessor presidencial, é jogar todas as fichas para garantir o presidencialismo, apostando numa divisão dos parlamentaristas, mas, no caso de ser comprovada a ineficiência da estratégia, preparar o Governo para um grande acordo nacional desde que o parlamentarismo seja gradual, mantida a força do presidente da República.

Nesta reta final, o presidente, segundo o assessor, resolveu colocar em prática a cobrança de apoio e lealdade que já havia sido feita na última reunião ministerial, através do próprio presidente e do Ministro do Exército, General Leônidas Gonçalves.

A hora é, informou um assessor, de exigir que os colaboradores diretos não apenas fiquem solidários à tese presidencialista, mas também atuem para viabilizá-la juntos aos constituintes. Todos os ministros deverão, até o final da semana, apresentar ao presidente Sarney um levantamento dos deputados e senadores a eles ligados e apontar as alternativas para a conquista desses votos.

Todo esse trabalho, porém, está sendo feito sem que o Governo coloque de lado a possibilidade de ser forçado a aceitar o parlamentarismo. Para isso contribuem os levantamentos de votos que têm sido feitos na Comissão de Sistematização e na Constituinte de uma forma geral e que, invariavelmente, apontam uma ampla maioria parlamentarista.

BRASÍLIA — Depois de uma veemente defesa do sistema parlamentarista, o senador José Richa (PMDB-PR) disse que dificilmente a Constituinte conseguirá aprovar um modelo presidencialista sem provocar uma crise. "Não há nenhuma proposta presidencialista que possa unificar os constituintes, nem na Comissão de Sistematização, nem no plenário" — afirmou.

Nas últimas horas, Richa conversou sobre o sistema de governo com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves; com o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), e com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-PR). Ontem de manhã lançou sua proposta parlamentarista: o presidente Sarney teria seis anos de mandato, mas o novo sistema estaria plenamente instalado já em 1989.

Ele diz que a proposta foi bem recebida em todos os seus contatos. O general Leônidas, segundo o senador, se mostrou bastante receptivo a um entendimento: "Mais até do que eu esperava", disse. Já o senador Marco Maciel concordou em abandonar a defesa do presidencialismo se surgir uma proposta parlamentarista aceitável.

Emendas inviáveis — Richa classificou de "horíveis" as duas principais emendas presidencialistas na Constituinte: a do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), patrocinada pelo Palácio do Planalto, e a do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), redigida pelo jurista Miguel Reale Júnior e patrocinada pelo presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Hoje, segundo Richa, é mais fácil a Constituinte unir-se em torno do parlamentarismo.

Ele acha que se o presidente adotar uma posição neutra em relação ao sistema de governo o parlamentarismo será aprovado, embora com dificuldades. Acredita mesmo que se Sarney resolver negociar com os parlamentaristas, a Constituinte poderá chegar a uma fórmula que

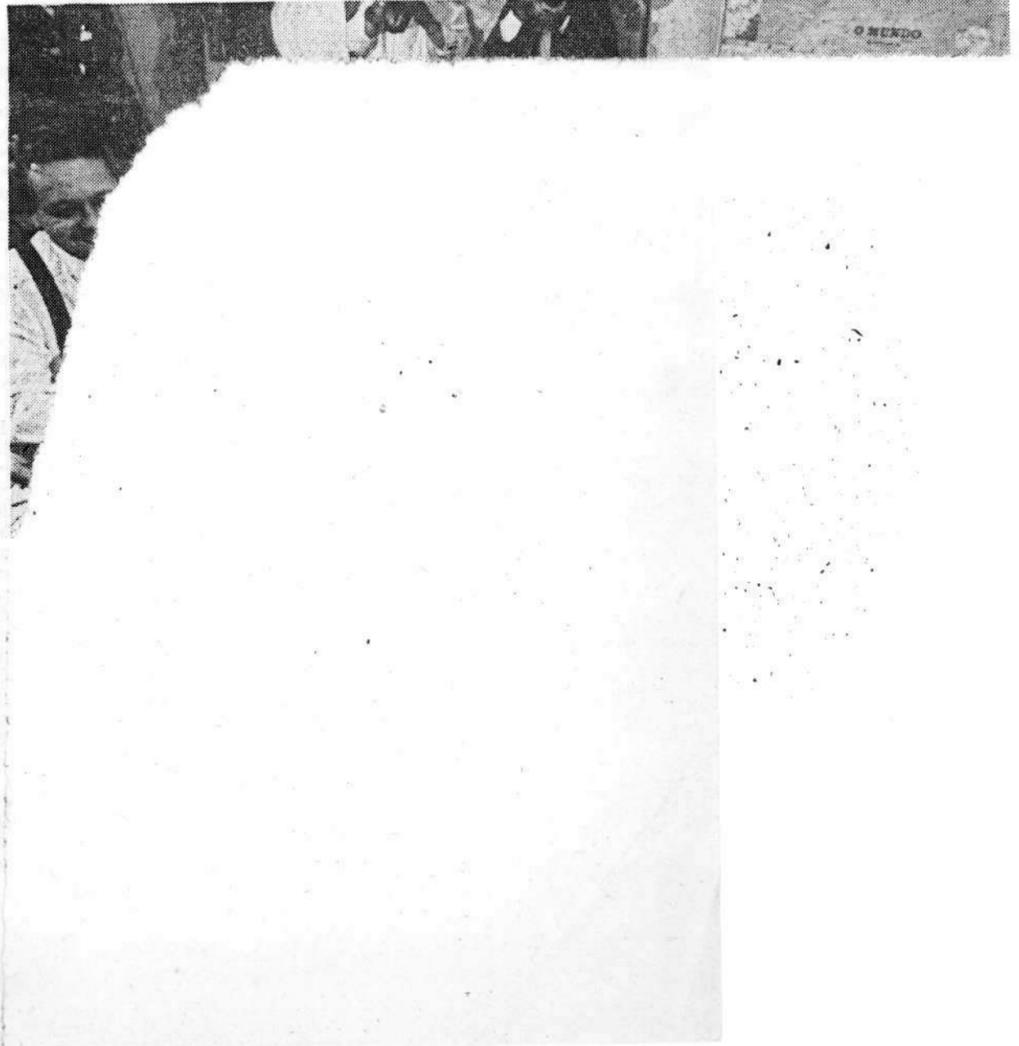
resulte num amplo pacto político. Só se o presidente endurecer o jogo há possibilidade de o presidencialismo ser aprovado.

"Evidentemente, se ele arregaçar as mangas, aí o presidencialismo é capaz de ganhar, porque haveria a união dos presidencialistas com os presidentistas (os possíveis candidatos à sucessão de Sarney)". Mas, nessa hipótese, a aprovação seria "por margem muito pequena", o que traria instabilidade ao sistema.

Meio-termo — A proposta de Richa é um meio-termo entre os que querem parlamentarismo já e os gradualistas. Em 1988, o presidente Sarney poderia tanto indicar quanto demitir o primeiro-ministro, na prática apenas um auxiliar da Presidência. A principal tarefa de Sarney seria preparar a máquina administrativa para o novo sistema, instalado plenamente já em 1989 (e não em 1990, como querem os partidários do gradualismo), com um primeiro-ministro aprovado pelo Congresso e sujeito a moção de censura.

O Congresso, por sua vez, poderia ser dissolvido pelo presidente, numa crise. Sarney, entretanto, ficaria como chefe de Estado até 1990, quando haveria novas eleições. Richa argumenta: o sistema tem que estar plenamente instalado antes da próxima eleição, como "uma segurança para o futuro" — na prática, um mecanismo para evitar que o ex-governador Leonel Brizola faça campanha eleitoral contra o parlamentarismo.

Degeneração — Presidencialista até há alguns meses, Richa disse que "evoluiu" para o parlamentarismo depois de perceber que o atual sistema gera um conflito permanente entre Executivo e Legislativo. O parlamentarismo seria também a saída para a atual crise econômica e política. "Em quase cem anos de presidencialismo, o sistema em vez de se aperfeiçoar, infelizmente foi se degenerando, consagrando vícios que só a mudança do sistema de governo pode eliminar", diz.



Brasília — José Varella



Cabral (E), Ulysses, Serra, Luís Henrique, Scalco e Fernando Henrique: avaliação geral

Cabral avalia seu projeto

BRASÍLIA — O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), reuniu-se com seus principais assessores e todas as lideranças do PMDB, na casa do deputado Ulysses Guimarães, para uma última avaliação geral do anteprojeto que divulgará até a meia-noite de hoje. O assunto mais importante da reunião, que começou às 20h, era a definição do sistema de governo. Pela manhã, Cabral já havia estado na casa de Ulysses, a quem apresentou um relato preliminar do que pretende incluir em seu parecer. Estiveram lá também o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP); o líder na Câmara, Luís Henrique (SC); o líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), e o deputado José Serra (PMDB-SP).

Cabral mais uma vez driblou os jornalistas, como vem fazendo nesses últimos quatro dias. À tarde, seu colaborador mais próximo, o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), disse que o novo anteprojeto do relator já está virtualmente pronto, com dois únicos pontos em aberto: o sistema de governo e a reforma agrária, sobre os quais não havia acordo.

Cabral já disse várias vezes que, se não houver acordo sobre o sistema de governo — tema da negociação de ontem na casa de Ulysses — manterá o mesmo texto do projeto que divulgou em agosto. Adolfo Oliveira reafirmou essa disposição do relator. O projeto de agosto prevê um parlamentarismo quase puro em que o presidente, embora eleito diretamente, tem menos poderes do que o primeiro-ministro.

□ O senador José Richa (PMDB-PR) e o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), dizem que os parlamentaristas ficaram decepcionados com o fato de o presidente Sarney não ter considerado o documento conjunto que divulgaram na terça-feira. Garantem que o documento não tocava na questão do mandato como forma de "desarmar os espíritos". Os grupos ficaram esperando um sinal do Palácio do Planalto até quarta-feira à noite. Como não houve resposta, tentará discutir uma nova proposta e representá-la ao presidente. Essa proposta era o que os líderes do PMDB tentavam obter à noite, na casa do deputado Ulysses Guimarães. Se houver acordo, Richa está disposto a obrigar Sarney a recebê-lo.

Saulo critica até a redação

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, acusou o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, de estar "como um cego no meio de um tiroteio", durante jantar que lhe foi oferecido pelos procuradores fazendeiros, anteontem em Brasília. Saulo fez uma retrospectiva das Constituintes brasileiras e disse que o país, nessa área, "tem exemplos deploráveis", e que na atual "as paixões que se ascenderam foram muito grandes".

"Nossa preguiça parlamentar é antiga", disse. Segundo ele, a Constituinte foi prejudicada pela falta de debate durante a última campanha eleitoral. Apesar de tudo acrescentou, foram eleitos muitos constituintes "ilustres e responsáveis", que mesmo sem ser maioria, "impedirão os excessos e desvios de mandatos".

O consultor-geral disse que só o povo é soberano e exortou os juristas a participarem ativamente da fase final da Constituinte, da qual criticou até mesmo a redação de artigos dos substitutivos. Em tom irônico, citou o capítulo referente aos direitos individuais e complementou recordando o episódio do deputado e da jornalista que, segundo ele, resolveram "colocar em prática o capítulo nos jardins da Câmara", onde os dois foram encontrados nus há 15 dias.